

## Capitalismo Solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini

Carlos Roberto da Rosa Rangel<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o discurso de Alberto Pasqualini, tendo como conceito central o capitalismo solidarista. O texto explorado é a obra *Bases e sugestões para uma política social* (1948) de Pasqualini e a metodologia é a análise do discurso, tendo como fontes, além da obra já mencionada, produções historiográficas que estudam o período de 1945 a 1955 e de ciência política. Constatei que o texto de Pasqualini mostra a descontinuidade e a dispersão de conceitos oriundos de outras formações discursivas como a marxista, a doutrina social da Igreja Católica e o liberalismo político. O ecletismo teórico que sobrepôs discursos contraditórios e mesmo opostos reflete o esforço de Pasqualini em obter uma síntese doutrinária que conciliasse práticas e valores do regime estadonovista com a democracia partidário-eleitoral reinaugurada em 1945.

**Palavras-chaves:** Pasqualini, interdiscurso, capitalismo solidarista.

**Abstract:** The article analyses the discourse of Alberto Pasqualini. Its central concept is the *capitalism solidarity*. The book explored is *Bases e sugestões para uma política social* (1948) by Pasqualini. The methodology is bibliographical relating historical books that present the period of 1945 until 1955, books of political science and discourse theory. The results reveal the discontinuity and the dispersion of the concepts resulting from others discourses formations as the Marxism, Catholic and social doctrine and politic liberalism. The theoretical eclecticism superposed controversial discourses. Although controversial, it reflects the Pasqualini's effort in order to get doctrinaire synthesis that conciliates practices and values from *estadonovista* regimen to party-electoral democracy again inaugurated in 1945.

**Keywords:** Pasqualini, interdiscourse, solidarity capitalism.

## Introdução

O artigo analisa o discurso de Alberto Pasqualini, tendo como conceito central o termo capitalismo solidarista. O texto explorado é *Bases e sugestões para uma política social* de 1948 e a sua edição ampliada de 1994, esta última que contém mais alguns discursos de Pasqualini. A leitura dessas duas obras é realizada tendo em conta o contexto histórico reconstruído mediante a consulta às publicações historiográficas que estudam o período de 1945 a 1955 e a fundamentação teórica e metodológica títulos da Ciência Política e da Teoria do Discurso.

Alberto Pasqualini teve uma participação ativa na política sul-rio-grandense entre os anos de 1930 e 1955. Neste período, lutou a favor das forças militares sul-rio-grandenses na revolução de 1930 e ingressou na carreira política através do Partido Libertador (1932), elegendo-se vereador em Porto Alegre em 1935. Entre 1939 e 1943 foi membro do Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul e, posteriormente (1943-1944), atuou como Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul durante o governo de Ernesto Dornelles. Neste último cargo, teve dificuldades com o controle político exercido pelos representantes do Estado Novo, quando permitiu a organização de um plebiscito na cidade de Cachoeira do Sul (RS) para sanar a discordância em relação ao nome do novo prefeito municipal (RUAS, 1986, p.24).

Sua crescente incompatibilidade com as práticas do Estado Novo determinou sua demissão em 12 de julho de 1944, passando então a fazer aberta oposição ao regime. Em dezembro de 1944, como paraninfo da turma de economistas da Universidade do Rio Grande do Sul, Pasqualini lançou as bases de seu pensamento em um discurso posteriormente publicado sob o título *Um mundo baseado na cooperação* (BODEA, 1984, p. 23).

Pasqualini foi membro atuante na criação da União Social Brasileira (USB), ocorrida em 20 de janeiro de 1945, organização que se caracterizou inicialmente como grupo de oposição ao Estado Novo, favorável à democracia parlamentar e ao estado de direito. Entretanto, a USB tinha baixa articulação institucional com as esferas de poder e desejava participar ativamente no novo sistema de partidos políticos que se estava gestando, razão pela qual procurou deixar uma “porta entreaberta” ao entendimento com

Vargas e o PTB, quando se distanciou do Partido Libertador (PL), da União Democrática Nacional (UDN) e do próprio Partido Social Democrático (PSD), posicionando-se a favor da “preservação da legislação trabalhista” e das “conquistas sociais” atribuídas ao governo Vargas (BODEA, 1984, p. 26).

Em 1945, foi criado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a USB integrou-se a ele em 1946, juntamente com Pasqualini que não mais se afastaria do PTB. Em 14 de dezembro de 1946, ele realizou a conferência na cidade de Caxias do Sul, intitulada *O trabalhismo em face do pensamento cristão*, na qual defendeu o trabalhismo das acusações provenientes dos grupos mais conservadores, adotando como centro dos seus conceitos a encíclica papal de Pio XI e algumas definições ideológicas para situar o trabalhismo brasileiro em relação ao britânico (CÁNEPA, 2005, p. 142).

Alberto Pasqualini teve o desafio de articular essas duas grandes dimensões que Patrick Charaudeau (2006) lembrou fazerem parte do discurso político, ou seja, a “ordem dos conceitos” de base doutrinária que remete para as formações ideológicas e a “ordem da ação tática” que define a interação pragmática do político com a opinião pública, buscando mobilizá-la favoravelmente segundo as circunstâncias do momento.

Com uma mente imaginativa e culta, buscou articular ideologias concorrentes conseguindo, com isso, a reserva e mesmo a oposição aberta dos grupos identificados com essa ou aquela formação ideológica. Exemplar desse fracasso de ordem tática e pragmática, foi seu insistente recurso à Doutrina Social da Igreja, ao mesmo tempo em que era combatido veementemente pelos representantes do catolicismo, em especial pela Liga Eleitoral Católica, como sendo um político simpatizante da causa comunista.

Pasqualini procurou demonstrar, com argumentos racionais, seu distanciamento com o comunismo, mas essa estratégia discursiva não foi eficiente. Isto porque o PCB - percebendo em Pasqualini um concorrente diante dos setores populares - procurou maliciosamente confirmar, perante a opinião pública, que realmente Pasqualini era simpatizante do comunismo, mas que não era aceito nas fileiras do partido por não ser um genuíno líder popular.

Outro exemplo da dificuldade de Pasqualini em articular doutrina e ação política na concorrência partidário-eleitoral foi o fato de ter sido visto com reservas por alguns setores do PTB que o identificaram como um correligionário rebelde, dado às teorizações independentes e incongruentes com as necessidades imediatas do partido e,

o que era definitivamente uma marca negativa, constantemente atacava os políticos profissionais como sendo demagogos. Essa resistência só não foi definitiva na carreira política de Pasqualini porque, a seu favor, contava ter sido membro da administração do Estado Novo, ter adotado posicionamentos racionalistas e tecnicistas de ordem positivista, coerentes com princípios defendidos por Getúlio Vargas, e ter defendido abertamente a política trabalhista estadonovista.

Sua derrota eleitoral em 1947 e em 1954 para o cargo eletivo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul e a restrição da sua participação como político profissional no âmbito parlamentar, de certa forma, foram reflexos dessa ambigüidade do discurso de Pasqualini. Partindo-se das reflexões de Charaudeau (2006, p. 81-82), pode-se dizer que o *ethos* de ideólogo da doutrina trabalhista e do “capitalismo solidarista” foi muito superior ao *ethos* do líder popular que defendia os interesses dos trabalhadores contra o capitalismo individualista. Faltava-lhe a personalidade e o comportamento capaz de despertar nas multidões de eleitores a dimensão emotiva do *pathos*, a qual, no discurso de Pasqualini, estava totalmente subordinada à racionalidade própria desta terceira dimensão das identidades políticas que é o *logos*.

### **História e Análise do Discurso**

A confluência da história com a lingüística não é assunto recente. Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2004) já destacaram que esta aproximação foi discutida depois da Segunda Guerra Mundial, especialmente dentro da Escola dos Annales, por meio das reflexões de Lucien Febvre (1953), seguido por Mandrou e Dupront, os quais destacaram a importância da linguagem como objeto da história (SILVA, 2004, p. 24).

Entretanto, foi somente depois da década de 1970 que houve uma delimitação do campo de atuação dos “historiadores dos discursos”. Trata-se de um terreno com várias inquietações teóricas e metodológicas, que envolve recíprocas ressalvas e reservas da parte dos historiadores em relação ao emprego da lingüística como referência metodológica, assim como dos lingüistas em relação aos limites em que devem avançar no esforço para compreender as condições histórico-sociais de produção do sentido dos discursos.

Os historiadores destacam a origem estruturalista da Análise do Discurso (AD) e apontam as dificuldades de trabalhar conceitualmente e metodologicamente com uma área da lingüística com tantas variantes e oscilações em torno de alguns conceitos que são chave para o procedimento analítico, tais como discurso, formações ideológica e discursiva, enunciado, acontecimento discursivo e sujeito.

Sírio Possenti (2005, p. 353-392) apontou algumas rupturas estabelecidas pela AD com alguns segmentos da lingüística que tornam esse campo de estudo problemático para os lingüistas e, conseqüentemente, também para os historiadores que empregam alguns pressupostos analíticos buscados na AD. Com a *Análise de conteúdo*, por exemplo, os analistas dos discursos discordam do tratamento dado ao *sentido* como se fosse uma informação alojada dentro de categorias temáticas, propondo que o conceito só se estabelece na *relação de sentido* entre interlocutores.

Essa relação, por sua vez, não pode ser confundida com o que entende a pragmática, campo de estudo rival da AD. Embora a Pragmática também busque o *sentido não-litera*l no conjunto de situações de enunciação, os enunciadores são considerados em termos individuais, como atores que desempenham papéis. Já os analistas dos discursos levam em conta formações discursivas historicamente constituídas, pelas quais os atores sociais ocupam posições, mesmo sem o perceber.

Essas são apenas duas situações emblemáticas das segmentações existentes no interior da lingüística e servem para demonstrar que o historiador atento à teoria do discurso tem de manter sua autonomia enquanto produtor do conhecimento historiográfico, procurando aprofundar a sua autocrítica por meio da Análise do Discurso. Essa postura mais crítica sobre suas práticas de pesquisador remetem, sobretudo, para a compreensão das suas fontes documentais não como *prova* de eventos ou acontecimentos que o texto “mostra” ao seu leitor, mas como indícios dos discursos e dos seus referentes ideológicos, os quais tornam *verossímeis* os sentidos subjacentes ao texto. Por essa razão, o texto (nesse artigo, o livro *Bases e sugestões para uma política social* de Pasqualini), não é uma unidade de análise em si mesmo, mas parte de uma cadeia de textos, que remetem para uma memória discursiva da qual o texto retoma e faz parte.

Compreende-se que o contexto histórico no qual o texto foi produzido e o conhecimento prévio do historiador são componentes importantes da análise, mas não

plenamente suficientes. A Memória discursiva mencionada anteriormente diz respeito à existência histórica dos enunciados no interior das práticas discursivas, as quais são reguladas por ideologias. Neste sentido, Possenti (2005, p. 365) destaca que no domínio do discurso político, quando ocorre a redação de um editorial, manifesto, panfleto ou programa partidário, a memória discursiva abrange questões como “do que nos lembramos, e como nos lembramos na luta ideológica? O que convém dizer e do que não convém, a partir de uma posição em que nos encontramos em uma conjuntura dada?”

Os conceitos presentes nos enunciados são retomados, repetidos, refutados e mesmo esquecidos por essas práticas discursivas evidenciadas pelos textos (documentos históricos) ao longo do tempo. Neste sentido, Courtine (1999, p. 20), utilizando-se do conceito de *domínio de memória* elaborado por Foucault, destaca que os objetos dos discursos, dos quais “a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade de um enunciador”, adquirem estabilidade referencial no domínio da memória por meio das repetições citações e a formação do preconstruído.

Deve-se reconhecer que essa abordagem teórica e metodológica retoma algumas pendências existentes entre os historiadores e Michel Foucault, especialmente no que diz respeito às obras *Arqueologia do Saber* (1969) e *A Ordem do Discurso* (1970), nas quais Foucault mostrou-se um crítico da base epistemológica e metodológica da historiografia, grifando a precariedade das cronologias adotadas, a arbitrariedade com que são destacados alguns acontecimentos em prejuízo de outros, o pouco caso dado pelos historiadores às lacunas entre fatos e idéias e, sobretudo, certo desconhecimento sobre as condições discursivas que determinam os limites do saber histórico.

Estes reverses já seriam suficientes para desestimular um bom número de historiadores diante da possibilidade de buscar na lingüística (em especial na AD), um referencial teórico para desenvolver uma pesquisa. Mas ainda há outro, e de maior gravidade. Trata-se da teoria do sujeito subjacente à AD. Louis Althusser, Michel Foucault e Michel Pêcheux são freqüentemente lembrados como teóricos defensores do aniquilamento do sujeito como origem do sentido, agente da História e promotor das mudanças sociais.

Não foram os únicos e nem foram autores originais nesse esforço. Além da AD, como campo teórico e metodológico no interior da lingüística, a psicanálise destacou o inconsciente como possível origem do comportamento humano; o materialismo

histórico deslocou para as relações econômicas a premissa do comportamento social e o estruturalismo lembrou as estruturas profundas e inconscientes do comportamento cultural.

Contudo, em que pese essas dificuldades, este artigo analisa as condições históricas de produção de sentido do discurso de Pasqualini, em função das diferentes formações discursivas que estão articuladas na obra *Bases e sugestões para uma política social* (1948). Sobre esse esforço, Eni P. Orlandi (2002) destaca a importância de se compreender as condições de produção do sentido dos discursos pela contextualização dos mesmos, tendo em conta a dispersão e a apropriação dos conceitos. Para essa autora, a análise das diferentes formações discursivas, articuladas no contexto histórico, pode localizar a produção do sentido dos discursos como *acontecimentos históricos*, uma vez que o sentido não está no dito, nem no sujeito, mas na relação entre eles em determinados contextos.

Dessa forma, a circulação dos conceitos por meio dos discursos passa a ser um “acontecimento histórico” que não guarda a linearidade, a continuidade, a causalidade ou a expressão de verdade histórica que os historiadores tradicionais encontravam nos documentos, mas que mostra, na análise do heterogêneo e das relações estabelecidas entre diferentes formações discursivas, os diferentes sentidos manifestados para um mesmo conceito.

Essa irregularidade desfaz o conceito de formação discursiva tomada como “máquina discursiva de assujeitamento” de Pechêux, com sua *Análise automática do discurso* (1969), e aproxima os historiadores da cultura (entre os quais se destacaram Phillip Ariés, Pierre Nora e Jacques Le Goff) da AD, na medida em que os arquivos deixaram de ser um dado *a priori* e passam a mostrar a sua opacidade. Quanto aos lingüistas, destaca-se os estudos de Courtine (1981), quando problematizou o conceito de formação discursiva homogênea ao analisar o discurso dos comunistas em relação ao discurso dos cristãos, demonstrando que uma formação discursiva constitui-se pela alteridade entre enunciadorees e pela relação mantida com outras formações.

Essa reaproximação com os conceitos essenciais de Foucault na sua *Arqueologia do saber*, fez perceber que não há razão para os historiadores polemizarem em relação à “verdade contida nos arquivos”, pois é justamente a partir da percepção dos múltiplos enunciadorees, localizados em diferentes formações discursivas, em relação constante de

alteridade, que os historiadores podem realizar a necessária crítica interna e externa do documento, confrontando-o com a memória discursiva tecida destas múltiplas significações (GREGOLIN, 2007, p. 162-163).

Nesta perspectiva, pode-se chegar ao conceito de “Formação discursiva” como sendo um conjunto de enunciados apropriados, atualizados e reproduzidos por enunciadores em um determinado contexto histórico. Esse conjunto obtém unidade discursiva por meio de *formações ideológicas* que fornecem os valores e critérios de verdade para os discursos nela constituídos. Essa relação de constante alteridade de enunciados e enunciadores remete para a “interdiscursividade” como parte essencial da natureza dos discursos, pois a interlocução e as propriedades ideacional, conceitual e interativa da linguagem exigem a existência de um “eu” em relação a um “outro”. Portanto, as formações discursivas constituem-se uma em relação às outras, quer como conhecimento prévio, quer como forma de antagonismo ideológico ou ainda como forma de sobreposição de argumentos.

Nos subtítulos seguintes explora-se a interdiscursividade estabelecida por Pasqualini entre diferentes formações discursivas (FD), entre as quais serão destacadas a *FD Doutrina Social da Igreja Católica*, a *FD liberalismo político* e *FD socialista*, que abarcam três formações ideológicas preponderantes, respectivamente o cristianismo católico, o liberalismo político e o socialismo. O resultado dessa interdiscursividade foi o discurso trabalhista de Alberto Pasqualini, também denominado por ele como *capitalismo solidarista*.

Deve-se acrescentar a ressalva que os analistas do discurso normalmente escolhem duas formações discursivas para encontrar os contrastes e as aproximações que, juntas, proporcionam o surgimento de um novo campo de saberes e práticas sociais em um determinado contexto histórico. Contudo, em Pasqualini não há como tomar exclusivamente duas FD sem prejudicar o esforço de síntese que o pensador procurou estabelecer entre formações ideológicas concorrentes naqueles anos compreendidos entre 1945 e 1955.

## **Capitalismo Solidarista: o Interdiscurso em Pasqualini**

A “Doutrina Social da Igreja” pode ser entendida como sendo um corpo de documentos oficiais (encíclicas) da Igreja Católica em resposta aos conflitos sociais existentes no final do século XIX e início do século XX, aprofundados na medida em que o modo de produção capitalista acirrava as desigualdades sociais e expandia-se um conjunto de idéias de inspiração marxista que questionavam o papel social da religião como força ideológica justificadora da exploração dos mais humildes.

Embora a questão da justiça e da igualdade entre os homens tenha sido uma constante no pensamento católico, como lembra Pierre Bigo (1969, p. 29-56) quando destaca o vocabulário social dos testamentos e, em especial, o pensamento de São Tomás de Aquino, a “Doutrina Social da Igreja” normalmente tem sua origem datada em 1891, com a Encíclica “Rerum Novarum” (Coisas Novas) do Papa Leão XIII, cujo propósito era estabelecer uma abertura doutrinária da Igreja em relação à “questão operária” que mobilizava as forças políticas daquele período histórico.

Essa doutrina cristã teve profundo impacto nas idéias de Pasqualini tanto por ser oriundo de família de imigrantes italianos profundamente religiosos, quanto por sua formação cultural e escolar fortemente afetadas pela instituição católica, mais precisamente pela católica-jesuítica, responsável pelo Seminário de São Leopoldo no qual ele estudou entre 1915 e 1919, quando desistiu da carreira sacerdotal, mas não deixou de estar sob influência dos jesuítas, pois foi estudar em Porto Alegre, no Colégio Anchieta, e só posteriormente no Ginásio Júlio de Castilhos, ambas consideradas escolas de elite daquele período.

Nesse sentido, o discurso de Pasqualini tem uma ordem de argumentos profundamente humanos e cristãos, entre os quais Luis Alberto Grijó (2007, p. 92-94) destaca os da vertente católica intelectualizada e elitizada dos jesuítas. Para esse autor, tratava-se de um projeto católico-jesuítico que visava, por meio da disciplina e da formação escolar elitista, incutir valores humanistas cristãos derivados de neotomismo em um público que ocuparia lugar de destaque na sociedade. Disso adveio a ênfase que Alberto Pasqualini deu ao “comunitarismo orgânico”, expressão que queria afirmar uma concepção integral do mundo, sem permitir diferentes fundamentos separando as esferas social, religiosa, política e cultural.

Com base nos textos de São Tomás de Aquino e na concepção de comunitarismo orgânico, o Papa Pio XI na *Quadragesimo anno* (1931) propôs equacionar os conflitos sociais e políticos por meio do catolicismo, o qual estava sob forte ataque das diversas correntes de pensamento social e político da época, tais como as que pregavam o cientificismo, o socialismo, a maçonaria e o liberalismo renovado dos anos 1920. Nessa Encíclica Papal predominam teses abstratas de “justiça social”, “paz social” e “harmonia entre as classes”, que são visíveis no discurso de Pasqualini, assim como a rejeição às idéias mais radicais do “socialismo”, como a luta entre classes e a abolição da propriedade privada (PASQUALINI, 1948, p. 195-198).

As aproximações do seu discurso com o discurso da Igreja Católica são explícitas e mesmo confessadas por Pasqualini, em especial no que se refere à condenação ao corporativismo de Estado e o “comunismo”, ao mesmo tempo em que denunciava a “cobiça” e a concentração do poder econômico exercidos sobre os trabalhadores. Neste sentido, as encíclicas e o discurso de Pasqualini, em situação de concomitância, pregavam uma “justa distribuição” da riqueza segundo as exigências do “bem comum” e da “justiça social”, além de defenderem a propriedade privada, embora enfatizassem sua “finalidade social” (PASQUALINI, 1948, p. 213).

Pode-se dizer que o discurso político de Alberto Pasqualini tem sua filiação ideológica na Doutrina Social da Igreja, não como parte da formação discursiva religiosa católica dos anos 1930 e 1940, mas como forma de traduzir, em programa de ação político-partidária, a transição do Estado Novo para o Estado Liberal, evitando-se as lutas revolucionárias ou uma guinada excessivamente brusca na orientação do governo em relação às classes mais desfavorecidas.

Alberto Pasqualini, condenando o capitalismo individualista, defendia a igualdade social, utilizando como ponto de apoio as encíclicas papais de Leão XIII e Pio XI e citando freqüentemente a Doutrina Cristã para mostrar ao eleitor que o Programa Trabalhista não possuía relações com o Comunismo, mas sim com as doutrinas da Igreja (RUAS, 1986, p. 30). Nos seus textos é freqüente a adesão ao regime democrático como contraponto aos regimes totalitários, como se percebe nesses extratos nos quais se manifesta “pela preservação do regime democrático, dos direitos fundamentais do homem e dos princípios cristãos” (PASQUALINI, 1994, p. 79), ou quando declara que “nosso programa é profundamente humano e essencialmente cristão” (PASQUALINI,

1994, p.46). Mesmo quando tratou de temáticas potencialmente explosivas como a reforma agrária, buscou sustentar seu posicionamento nas palavras dos pontífices doutrinadores da teoria social da Igreja, fazendo questão de mostrar que a Igreja também pensava sobre a necessidade da reforma social nos campos, citando o Papa Pio XI, numa demonstração de que suas idéias não eram comunistas, mas sim cristãs (RUAS, 1986, p. 31).

A interdiscursividade estabelecida entre o programa básico do trabalhismo e a doutrina social da Igreja pode ser percebida no discurso proferido em Caxias do Sul em 14 de dezembro de 1946, durante a campanha eleitoral para a conquista do governo do estado do Rio Grande do Sul, no qual Alberto Pasqualini formulou as bases da ação trabalhista. A partir de alguns conceitos do discurso da Doutrina Social da Igreja Católica, foram estabelecidos os elos necessários para sustentar a proposta de pacto social trabalhista proposto por Pasqualini, dentro de um conceito abrangente que ele nominava de *capitalismo solidarista*. A escolha da palavra *trabalho* como elo entre diferentes discursos ultrapassava a escolha lexical, mas era uma opção consciente que buscava elementos de intersecção entre discursos concorrentes que circulavam entre as forças políticas brasileiras daquele período histórico.

Veja-se que a Doutrina Social da Igreja, tal como ocorria nos discursos dos partidos políticos recém organizados no Brasil, tomava o sujeito *trabalhador* como o ator social preponderante, remetendo para enunciados suficientemente elásticos ao ponto de não privilegiar uma formação ideológica de inspiração marxista e também não recair no puro liberalismo individualista, de tal forma que, como lembrou Alberto Pasqualini, “a fonte fecunda de todos os bens exteriores que proclama a Encíclica ‘*Rerum Novarum*’ é principalmente o trabalho do operário, o trabalho dos campos e da oficina” (PASQUALINI, 1994, p. 45).

Alberto Pasqualini não desconhecia a força de sujeição do discurso religioso presente na Doutrina Social da Igreja e também não desprezava os deslizamentos de sentido que poderiam ocorrer quando provocava a interdiscursividade entre formações discursivas filiadas a formações ideológicas distintas, a saber, o trabalhismo como movimento essencialmente partidário-eleitoral e a doutrina social da Igreja de teor espiritual e religioso. Esse deslizamento de sentido poderia identificá-lo como mais um político oportunista e retórico, que se valia da religiosidade das pessoas para conquistar

votos e, contra essa interpretação, Pasqualini ao tempo que evocava a autoridade, buscava se prevenir com esclarecimentos tais como:

(...) cito, católicos, a palavra dos pontífices, não para afagar vossas crenças e captar a vossa simpatia – pois não devemos pôr jamais a religião a serviço da política, nem a política a serviço da religião – mas para que conheçais a verdadeira doutrina social da Igreja e compreendais que é engano supor que ela defenda o capitalismo individualista (PASQUALINI, 1994, p. 46).

A proposta católica de reorganização das relações de produção na sociedade capitalista, atendendo aos propósitos humanitários, somou-se à necessidade de estruturação de um partido (o PTB) capaz de promover ampla mobilização social. Isso levou Alberto Pasqualini a buscar conceitos em formações discursivas diferentes e criar uma interdiscursividade sempre precária e transitória, que facilmente perdia-se nas ressalvas e nas generalizações. Entre estas últimas, percebe-se a forma como Pasqualini tenta “identificar” o capitalista (proprietário dos meios de produção e pagador do salário para a mão-de-obra) como também um trabalhador em harmonia com os demais.

Para esse intento, defendia um “capitalismo cristianizado”, não apenas “aparentemente cristão” quando se tratasse de receber, continuando materialista e pagão, quando se tratasse de dar, mas um capitalismo que contasse com “capitalistas que não fizessem da Religião, como dizia Pio XI, o anteparo de sua cobiça, e que a ignorassem quando estavam em jogo os interesses dos trabalhadores e do povo”. Em outra parte de sua obra, Pasqualini foi mais enfático quando definiu sua fórmula de conciliação das classes burguesa e proletária:

Somente um capitalismo espiritualizado, sentimentalizado, tal como nós o concebemos, e que se identifica com o próprio trabalhismo, – pois, nesse caso, o capitalista será um trabalhador por excelência – somente esse capitalismo poderá, na hora atual, salvar o mundo da *débâcle* e preservá-lo da escravidão (PASQUALINI, 1994, p. 61).

Mirian Ruas já havia percebido que Alberto Pasqualini intercalava suas palavras com as citações dos pontífices, com o propósito de demonstrar que a Igreja também condenava a forma individualista do capitalismo por ele criticada. Neste mesmo sentido, a Igreja teria de discordar, como também Pasqualini, do comunismo, por se basear na

luta de classes para transformar a vida política, econômica e social, pois suas proposições passavam pela solidariedade entre as diferentes classes sociais como meio de atingir as transformações que levam a um maior desenvolvimento econômico e justiça social (RUAS, 1986, p. 34).

Pasqualini mergulhou em discussões filosóficas contraditórias e buscou simplificá-las com definições emotivas e de fácil percepção aos não eruditos. Veja-se como ele avança no terreno da teoria do valor do trabalho:

É necessário, antes de tudo, como proclama Leão XIII na sua famosa encíclica, subtrair os trabalhadores do egoísmo desumano dos especuladores, que, na sua avidez ilimitada de lucros, deles abusam como se fossem coisas: *personis pro rebus ad questum abutentes*, e, se é unicamente o trabalho, como ainda observava o grande pontífice, que gera riqueza das nações, manda então a justiça que se atribua aos trabalhadores àquela parte dos benefícios a que eles têm direito (PASQUALINI, 1994, p. 69).

Marx na obra *O Capital* (1983) teve a originalidade de considerar o valor mercantil como uma nova forma dos homens situarem-se em relação a eles mesmos e às coisas, e tirou dessa premissa conclusões revolucionárias. Não é demasiado lembrar que Marx era um humanista, sua teoria voltava-se para o estabelecimento de uma sociedade onde os homens se reconheceriam no que produzissem e no que trocassem entre si, de tal maneira que seu discurso volta-se contra a sociedade capitalista, dominada pela economia mercantil, onde os produtores e os consumidores já não produzem para si e para os outros de forma equitativa e justa, mas sob os impulsos cegos e irracionais da oferta e da procura.

A alienação dos homens do produto social e material, oriundo do seu trabalho, não se daria apenas porque o valor da troca, em um dado momento, já não refletiria exclusivamente a situação de raridade ou utilidade da coisa ou do serviço – como nas sociedades pré-mercantis – mas porque o equivalente necessário para definir o valor do trabalho não guardaria, na sociedade capitalista, a objetividade da justiça social (MARX, 1983, p. 45-47). Onde haveria equivalente suficientemente justo e equitativo para medir o valor de trabalho de cada um, sem perder de vista a contribuição de cada trabalhador e o interesse global da sociedade?

Marx (1983, p. 48) especula que uma medida importante, embora não suficiente, seria no tempo despendido no trabalho. Para ele, o tempo de trabalho

desempenharia um duplo papel, pois sua distribuição seria um indicador para regular a relação entre as diversas atividades e as necessidades, ao tempo que mediria a parte individual de cada produtor no trabalho comum e poderia servir de equivalente para medir a porção que lhe caberia na partilha do produto reservado ao consumo.

Sendo o tempo uma “unidade democrática”, é exatamente igual para todos, poder-se-ia equacionar a comparação entre trabalhos humanos, não pelo que lhe é exterior e imponderável, mas por sua própria natureza humana intrínseca, ou seja, o esforço demandado pelo agente do produto. Esse raciocínio relativamente simples, mais que uma proposta global, trouxe para a reflexão um dos paradoxos do capitalismo, freqüentemente lembrado pela doutrina marxista: na sociedade capitalista, o trabalho privado é imediatamente tratado como trabalho social, ou seja, cada unidade humana produz unicamente para si, deixando-se que o somatório casual desse esforço resulte em um sistema equilibrado de produção e consumo. Ora, não havendo consciência da contribuição de cada um para a coletividade e não havendo uma unidade de valor equivalente a essa contribuição, ocorreriam fatalmente as flutuações de preços que desregulam a atividade econômica e provocam tanto as desigualdades como as crises sociais.

Contudo, o ex-seminarista Pasqualini não poderia procurar em Marx a explicação do valor do trabalho, porque na doutrina marxista a solução do paradoxo anteriormente apontado vem da planificação rígida, erguida sobre uma coletividade cujos membros abstém-se de vender ou comprar, em benefício do propósito de reduzir as numerosas forças individuais a uma só força de trabalho social, atribuindo-se todas as decisões econômicas à coletividade de trabalhadores. Em síntese, a solução passava pelo fim da sociedade capitalista.

Para Pasqualini, o trabalhador é o ator central do processo produtivo pois é o sujeito da causa eficiente (trabalho) e da causa final (consumo) desse processo. Mas não se está falando de uma mesma categoria de trabalhadores. A importância do indivíduo dentro da sociedade (seu status) é definido em função do valor social do seu trabalho ou atividade, da qualificação alcançada e, de forma circunstancial, também pelo risco a que está submetido no desempenho do seu trabalho (PASQUALINI, 1948, p. 97).

Essa diferença não seria motivo suficiente para o conflito social, pois “o sentimento de justiça, que é inato no homem, impõe a consciência de proporcionalidade” na distribuição das riquezas geradas no processo produtivo entre diferentes categorias de trabalhadores (PASQUALINI, 1948 p. 98). A título de exemplo, um pedreiro não poderia desejar ter a mesma remuneração ou condições de consumo que o arquiteto, porque entre eles haveria uma grande diferença de qualificação com a conseqüente diferença de valor social do trabalho realizado. Portanto, na sociedade não haveria a categoria não-trabalhador em oposição ou em conflito com os integrantes da categoria trabalhadores, mas trabalhos diferentemente valorizados pela sociedade segundo padrões sócio-históricos próprios de uma época.

A categoria “trabalhador” tem uma dimensão conceitual elástica em Pasqualini, escapando da dicotomia burguês-proletário, consagrada pelo jargão marxista, já que o capitalista, o administrador, o educador ou o profissional liberal também seriam trabalhadores responsáveis pela produção de bens ou serviços finais no interior do processo produtivo. Entretanto, deve-se ressaltar que Pasqualini credenciou certas categorias de trabalhadores como improdutivos e “ônus para os demais trabalhadores”, pois não produziram bens ou serviços finais e, portanto, pouco ou nada teriam de útil para trocar no mercado das relações sociais. Entre esses trabalhadores de segunda categoria, Pasqualini destaca os burocratas e, sobretudo, os militares, uma vez que seriam o indesejável e também o inevitável reflexo das “imperfeições do homem na vida social”.

A produtividade mínima pelo excesso de intermediação (os burocratas) ou o alto custo do militarismo seriam fatores que descredenciariam os militares e os burocratas como atores sociais produtivos e necessários à justa distribuição das riquezas. Pasqualini chega a destacar que, “onde o militarismo consegue controlar o governo e as instituições de um país, a ruína e a desgraça desse país estão à vista” (PASQUALINI, 1948, p. 103). É perfeitamente compreensível que naquele período imediatamente pós-guerra houvesse, na imaginação social das sociedades abaladas pelos efeitos devastadores da Segunda Guerra Mundial, uma ressalva quanto ao custo social, humano e material da guerra, mas os argumentos de Pasqualini não ultrapassam essa premissa obtida no senso comum do pós-guerra e ele chega a citar, equivocadamente, o exemplo dos Estados Unidos como um caso de país que conseguiu industrializar-se e

desenvolver seu processo produtivo graças ao longo período em que se manteve fora dos conflitos armados.

Uma breve leitura da história da industrialização norte-americana e da execução da sua política internacional no século XIX colocaria por terra o argumento de Pasqualini. Mas o que interessa, nesse momento, é perceber como Pasqualini parte do conceito “trabalho” para compreender a natureza dos grupos sociais e das relações estabelecidas entre eles. Essa discussão é essencial na medida em que a formulação do sujeito trabalhador enquanto ator da ação política no discurso de Alberto Pasqualini está estreitamente associada a atuação dos trabalhadores e de seus representantes políticos, no interior do sistema partidário-eleitoral.

A força motora da atuação dos trabalhadores e em especial de seus representantes é a busca da maior justiça social na distribuição das riquezas geradas pelo processo produtivo do capitalismo. Nota-se que a discussão política está subordinada aos conceitos e premissas de ordem econômica e essa é uma característica fundamental do discurso de Pasqualini. Seu senso de utilidade e não-utilidade, de status social, de relevância ou irrelevância dos atores no conjunto das relações sociais está estreitamente ligado a uma percepção materialista do mundo que só tem sentido integral se somada a sua visão idealista.

Provavelmente esse seja o efeito de sentido mais paradoxal encontrado na interdiscursividade construída por Pasqualini. Seu idealismo cristão associou-se de forma original às explicações materialistas das relações sociais. Tal dicotomia pode ser entendida pela necessidade de encontrar conciliações diante da crise estrutural pela qual passava a sociedade brasileira de maneira geral e a sociedade sul-rio-grandense de forma particular.

Seria imediato relacionar o discurso de Alberto Pasqualini com o processo de urbanização pelo qual passou o Rio Grande do Sul, pois em 1940 o estado tinha 31,15% de população urbana, 34,14% em 1950 e 44,89% em 1960. A cidade de Porto Alegre, maior centro eleitoral de Pasqualini, possuía 259.246 habitantes em 1940; dez anos depois, estava com 381.964 e na década de 1960 chegou 617.629 (SOARES, 2007, p. 299-302).

Entretanto, Adhemar Silva Júnior (2007, p. 275) destaca que a urbanização no Rio Grande do Sul, por si mesma, não é suficiente para definir estratos sociais, em

especial uma *classe média* com interesses e projetos comuns. Deve-se considerar, ainda, os condicionantes levantados por Manuel Castells (2000, p. 88-106) em relação ao impacto da urbanização acelerada sobre as sociedades com baixo índice de desenvolvimento econômico, de tal maneira que a relação estreita que se poderia estabelecer entre meio urbano com seus trabalhadores predominantemente dedicados às atividades secundárias e terciárias da economia, e os discursos políticos que supostamente estariam direcionados para esse setor social emergente tem de ser relativizados.

Mais que implicações sócio-econômicas, percebe-se que a estrutura de partidos no Rio Grande do Sul, que surgiu após o fim do Estado Novo, tomou como base o sistema anterior e proporcionou alterações predominantemente políticas sem uma concomitante alteração das relações sociais entre os setores mais ricos e politicamente predominantes com os setores populares. Tratou-se, fundamentalmente, de um alargamento das possibilidades de participação política por meio de uma legislação eleitoral e partidária mais liberal, mas não de uma democratização social com o mesmo nível de abrangência e profundidade (CÁNEPA, 2005, p. 69-71).

Mesmo os sindicatos, setor central de articulação entre o Estado e a sociedade civil naquela conjuntura histórica, estiveram submetidos às restrições e condicionamentos governamentais durante o governo Dutra, criando obstáculos para o PTB que teve sérias dificuldades de organizar-se como força política mediadora. Essas dificuldades eram essencialmente organizacionais, especialmente depois da morte do presidente executivo do Partido, Salgado Filho, em 1950, pois a ausência de nomes de alcance nacional além de Vargas reforçou a tendência personalista do PTB, acirrou as disputas internas e dificultou o diálogo organizacional com o movimento sindical (GOMES, 2007, p. 64-65).

Diante desse quadro e considerando que o discurso trabalhista era o elemento referencial para a constituição do partido, tornou-se fundamental o investimento na propaganda, de tal maneira que o PTB teria de ser associado permanentemente aos assuntos do trabalho. A dificuldade para a implantação dessa estratégia era selecionar e difundir um discurso homogêneo que ultrapassasse a figura emblemática do líder (Getúlio Vargas), de tal maneira que “a definição dos conteúdos do trabalhismo tornou-se um acirrado campo de disputas”, que convergiam para “o sindicalismo, getulismo,

nacionalismo, reformismo, corporativismo, democracia social e até mesmo para o comunismo” (GOMES, 2007, p. 65).

A interdiscursividade estabelecida nesse esforço de homogeneizar doutrinária e ideologicamente o partido, conduziu Pasqualini para o terreno intermediário entre o materialismo e o idealismo. Tratava-se de um materialismo que conjugava alguns aspectos do marxismo e se distanciava dele em outros de forma radical. A percepção do ordenamento da sociedade em função da localização social no modo de produção capitalista é um ponto de partida, mas, a seguir, Pasqualini procura explicar estas localizações por “uma escala de padrões subjetivos de necessidades”, próprias de cada grupo social, padrões estes que teriam de corresponder aos “padrões objetivos mínimos” de acesso à distribuição das riquezas produzidas na sociedade, para se ter um quadro de justiça social (PASQUALINI, 1948, p. 96-97).

O conceito de justiça social, procurado por Pasqualini na Doutrina Social da Igreja, estabelece uma inusitada relação com o materialismo marxista, na medida em que destaca a percepção de que há “uma tendência de obter do trabalhador a maior produtividade pelo menor salário e de vender ao consumidor as mercadorias pelos maiores preços” (PASQUALINI, 1948, p. 4), de tal maneira que quando essa tendência se desenvolve no mais alto grau, tem-se a exploração do trabalhador e do consumidor.

Contudo, Pasqualini não propõe a violência revolucionária do proletariado contra a burguesia e a implantação de uma ditadura com o propósito da extinção do modo de produção capitalista. Seu objetivo não é exacerbar a luta de classes até o limite máximo de suas contradições e a implantação de uma sociedade igualitária, mas construir uma sociedade mais justa onde a renda nacional é “proporcionalmente distribuída” de acordo com o valor social de cada trabalho e em função das diferentes necessidades percebidas por diferentes grupos sociais, segundo padrões históricos e culturalmente construídos.

Não é difícil perceber no discurso difundido por Pasqualini resquícios da tradição cristã medieval, como a condenação do pecado da usura, conforme o próprio Pasqualini reconheceu ao lembrar que “a antiga doutrina da igreja condenava fortemente a usura, isto é, o prêmio, lucro ou benefício exigido do mutuário pelo mutuante em razão do mútuo” (PASQUALINI, 1994, p. 197). Portanto, é pela noção de pecado que Pasqualini busca assentar seu pacto social, de tal maneira que “quando

chegar a hora das grandes transformações sociais estaremos aptos e preparados para recebê-las e executá-las sem choques, sem abalos e sem ofensa ao espírito das nossas tradições cristãs” (PASQUALINI, 1994, p. 253).

Como contraponto à doutrina marxista, sem a desqualificar completamente, Pasqualini foi buscar nas encíclicas *Rerum Novarum e Quadragésimo Anno* o pronunciamento autorizado dos pontífices na matéria social, pois “combatem tenazmente o comunismo e fazem reservas ao socialismo, pelo menos a certas concepções socialistas (PASQUALINI, 1994, p. 261). Contudo, para Pasqualini, o socialismo não postulava, necessariamente, uma filosofia ou um fundamento materialista. Entendia que, “ao contrário, os seus princípios poderiam ser buscados no evangelho ou na doutrina dos padres da Igreja, desde, naturalmente, que se lhes desse uma interpretação *socialista*”. Pasqualini chega a propor que “talvez a maioria daqueles que promoveram neste país o movimento socialista eram simpatizantes da religião cristã – e não apenas simpatizantes, mas membros entusiásticos de uma organização religiosa qualquer” (PASQUALINI, 1994, p. 263).

Não é possível compreender o discurso difundido por Alberto Pasqualini sem levar em conta a interdiscursividade percebida em seus textos, estabelecida entre as idéias de justiça social incorporadas pelos movimentos socialistas (não se está apontando aqui o movimento do comunismo internacional movido pela ideologia marxista-leninista), ou as de inspiração no humanismo cristão, principalmente àquelas formuladas nas Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII e a *Quadregésimo Anno* (1931) do Papa Pio XI, assim como o encontro com o liberalismo político quando o assunto conduzia-se para a formulação de uma lógica interna para o sistema partidário-eleitoral.

No entanto, Pasqualini não aceitou a ideologia liberal como um todo e também nem todo o socialismo, muito menos o seu viés marxista-leninista. Ele assimilou das duas ideologias as partes que se coadunavam com sua formação cristã. Na sua concepção liberal, ele procurou ser fiel aos princípios da representatividade proporcional, defendeu a atuação parlamentar como forma de ação política e aferrou-se ao constitucionalismo e à plena garantia das liberdades individuais e coletivas como pressupostos da cidadania. Juntou a essa percepção, as idéias de um sistema humanista e cristão que trouxe tanto das leituras das encíclicas como do socialismo, enfatizando a

necessidade da distribuição da riqueza material, não para fomentar a propriedade individual, mas a propriedade social (KARNIKOWSKI, 1999, p.68).

Pasqualini, o incansável perseguidor da grande síntese doutrinária e ideológica naquele momento histórico de sobreposição de várias formações ideológicas igualmente convincentes e também conflitantes, buscou, ainda, na convicção do inevitável “progresso moral” mais um terreno de intersecção entre liberais, socialistas e humanistas cristãos. Nessas três formações discursivas, a História apresenta-se como processo dinâmico e progressivo, na medida em que o *progresso social* é entendido como a *evolução de padrões de consumo* e de bem-estar social a partir de índices acumulativos.

Em conformidade com a lógica da concorrência, tão cara aos liberais, Pasqualini percebia a concorrência entre os interesses de diferentes grupos como algo natural e que era inerente à lógica de mercado, mas é importante frisar que, para Pasqualini, *concorrência* não significa *guerra* e o mercado prosperaria mais na paz do que no ambiente de aniquilação de adversários irreconciliáveis.

O comércio é sempre realizado entre sujeitos, *a priori* livres na sua vontade, mas submetidos aos limites materiais do mercado e aos valores socialmente determinados. Não poderia haver nisto, como propôs Marx, um paradoxo e uma alienação, porque Pasqualini entende a economia capitalista como parte essencial da estrutura social, e propõe o conceito de sociedade como “um sistema de cooperação baseado na simpatia e na solidariedade, tendo em vista prover as necessidades do todo e de cada uma de suas partes. Como as necessidades são inerentes à natureza humana, a cooperação se realiza precisamente para a produção de bens e serviços destinados à satisfação dessas necessidades.” (PASQUALINI, 1948, p. 73)

Essa necessidade de encontrar uma síntese entre modelos antagônicos levou Pasqualini ao ecletismo teórico e metodológico. Entretanto, que não se tome isso como uma limitação ou problema implícito da sua compreensão individual, mas como expressão do contexto histórico e social que alimentou o pensamento político brasileiro em pelo menos uma década após o término da Segunda Guerra. Tratava-se de um difícil esforço de conciliação entre propostas de organização social e política que, até os primeiros anos da década de 1940, eram irreconciliáveis.

Tinha-se que ingressar na política partidária-eleitoral inspirada em modelos liberais, sem descredenciar totalmente o regime e os dirigentes do regime substituído (Estado Novo) que, sabidamente, haviam sido inimigos declarados dos partidos liberais e da participação política partidário-eleitoral; tinha-se, ainda, que incorporar ao programa dos partidos políticos, recém habilitados, os princípios de bem-estar social e de distribuição das riquezas nacionais, em boa medida porque a socialista URSS havia demonstrado sua superioridade diante do nazi-fascismo e mostrara-se aliada dos democratas contra as potências do Eixo, mas esses princípios não poderiam comprometer as bases e a lógica interna do modo de produção capitalista.

Pelo que foi exposto até aqui, percebe-se que não é possível compreender o discurso trabalhista a partir dos enunciados de Pasqualini como parte de uma história global e coerente, mas há que se ter em conta a *descontinuidade*, a dispersão e, não raras vezes, a contradição de conceitos oriundos de outros discursos que estavam disponíveis à enunciação de Pasqualini. Essa interdiscursividade percebida até aqui remete para as condições históricas que determinaram o sentido estabelecido ao *trabalhismo*, de tal maneira que o texto de Pasqualini não pode ser compreendido como “o texto fundante” do trabalhismo brasileiro, nem parte de um conjunto de textos inaugurais da doutrina, mas como produto da sociedade brasileira em uma conjuntura histórica, texto cuja *montagem* atendeu às condições históricas da produção do seu sentido.

### **Considerações finais**

Deve-se considerar que o sujeito da enunciação jamais tem o controle absoluto sobre os enunciados, não é seu ponto de origem e nem sua causa primeira, mas que ele se apropria do que é exteriormente *enunciável*, pois já há sempre um discurso ou discursos que localizam o sujeito em uma posição histórica e social da qual ele pode deslocar-se, mas jamais ausentar-se, sob pena da sua comunicação cair no vazio e perder todo o efeito de sentido desejado sobre os seus interlocutores (COURTINE, 1999, p. 18-19).

Pasqualini estava *assujeitado* a muitas condições de produção de sentido sobre as quais ele tinha pouca margem de manobra. Era candidato em campanha eleitoral, contra adversários conservadores (especialmente no PSD, mas também na UDN) que

tinham grande projeção na mídia e em instituições formadoras de opinião, como a Igreja Católica; tinha de debater-se contra correligionários que, como ele, também aspiravam à posição de eminentes enunciadores da doutrina trabalhista, a exemplo de Lúcio Bittencourt, San Tiago Dantas e Salgado Filho; e tinha de construir uma plataforma de ação que satisfizesse tanto os setores políticos e econômicos que dominavam a cúpula do PTB, como as bases eleitorais ampliadas após 1945.

A conjuntura política na qual Pasqualini estava envolvido, entre os anos 1945 e 1955, eram a da rearticulação da democracia representativa e a da reestruturação do sistema de partidos, os quais haviam sido extintos pelo Decreto Lei n.º 37, de dois de dezembro de 1937. A partir de então, os novos partidos políticos teriam de defender avanços sociais e políticos em benefício de uma classe trabalhadora mais organizada, ampliando as funções partidárias existentes até a primeira metade da década de 1930, com partidos regionais de baixa representatividade política em relação aos setores subalternos da sociedade brasileira.

O grande desafio para Pasqualini era a luta por justiça social, tornando o *trabalhador* em sujeito político da construção de uma nova sociedade baseada na cooperação e na solidariedade. Para isso, era necessário formular uma doutrina, tendo como meio de difusão um partido político nacional, dentro de um regime democrático-eleitoral, com o propósito de conquistar o poder e, por meio do Estado e seu aparato burocrático e técnico, atuar sobre a melhor distribuição da renda nacional.

No Brasil, das décadas de 1940 e 1950, essa realidade política alterava-se em sentido mais formal e jurídico do que no das condições sociais concretas para maior participação popular na política. Evidenciando essa conjuntura, observou-se a *abertura* formal do regime com a Lei nº 9 (Ato Adicional) de 28 de fevereiro de 1945 marcando prazo para a organização das eleições gerais, a decretação do novo Código Eleitoral (Decreto nº 7.586, de 28 de maio de 1945) e a anistia aos presos políticos em abril de 1945, tudo isso concomitante com a repressão policial do primeiro semestre de 1945 contra manifestações populares.

Otto Kirchheimer (1992), levando em conta as alterações funcionais dos partidos europeus desde uma primeira etapa delimitada entre o final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, para uma segunda fase localizada no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial, destaca as alterações que se impunham

aos articuladores do sistema de partidos que surgia depois de 1945, entre eles Alberto Pasqualini. Destacam-se na conjuntura histórica daquele período: 1) os componentes ideológicos do partido cederam às necessidades táticas, em prejuízo das estratégias – ou seja, a necessidade de preparação do espaço político para a transformação da realidade; 2) ocorreu maior fortalecimento dos políticos que ocupavam a cúpula da organização partidária, em favor da eficácia organizacional, mas em prejuízo das lideranças de base; 3) houve a desvalorização do papel dos membros individuais, considerando-os resíduos históricos que podiam falsear a imagem do partido novo em construção; 4) percebeu-se a recusa de uma classe guardiã oriunda de uma base eleitoral classista ou confessional, em benefício de uma propaganda eleitoral que englobava os interesses mais gerais da população; 5) verificou-se o esforço para estabelecer laços com os mais diferentes grupos de interesse, capazes de financiar os crescentes custos das campanhas eleitorais em troca de compromissos a serem saldados em termos de projetos e ações governamentais (KIRCHHEIMER, 1992, p. 48-49).

Convém lembrar que o Brasil apresentava características diferenciadas em relação ao contexto europeu avaliado por Otto Kirchheimer, especialmente no que se refere a participação eleitoral. Mesmo depois do ressurgimento do sistema partidário-eleitoral, após 1945, apenas 16% da população adulta em 1946 e 24% na década de 1960 podiam votar, excluídos os analfabetos e os praças das forças armadas (CÁNEPA, 2005, p. 59).

Entretanto, mesmo diante deste quadro eleitoral de baixíssima representatividade, o discurso de retorno à democracia liberal impunha que o partido estivesse em condições de incorporar os indivíduos no sistema político ou não seria ouvido pelos titulares do poder e não poderia influenciar os centros de decisão política, na mesma medida que a população só levaria a sério um partido que pudesse transmitir suas exigências e aspirações.

Essa lógica funcional que buscava articular um discurso de representação indireta com baixíssimo capital eleitoral com a manutenção das práticas políticas herméticas centradas nos chefes de partidos e seus protegidos, foi abalada pelas alterações do pós-guerra, na medida em que a sociedade brasileira orientava-se, cada vez mais, pela necessidade de políticas públicas que favorecessem a cultura e o consumo de massa, que atendessem às demandas dos crescentes setores médios urbanos e

ao número igualmente crescente de cidadãos alfabetizados que ganhavam a prerrogativa do voto.

As proposições de Alberto Pasqualini em relação à participação política partidário-eleitoral estão intimamente ligadas a estes desafios, não no sentido de ultrapassá-los, mas no esforço de buscar a inserção dos indivíduos na política dentro de um processo de transição do regime estadonovista para o regime democrático liberal. Mercedes Cánepa (2005, p. 95) destaca a particularidade dessa transição, quando lembra que foi essencialmente política, ou seja, caracterizou-se pelo esforço de um tradicional grupo de políticos profissionais em articular a conjuntura nacional com antigas e novas clivagens regionais.

Reconhece-se que o discurso político, tal como lembrou Charaudeau (2006), não está permanentemente constrangido por idéias, plataformas eleitorais ou doutrinas, mas agrega a necessidade imperiosa da ação tática diante dos adversários e dos problemas imponderáveis que demarcam o terreno da política. Disso advinha a emergência de se encontrar soluções institucionais que cobrissem os espaços vazios deixados pelo regime do Estado Novo e que dessem condições propícias à “abertura democrática”.

## Notas

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no curso de História do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria (RS). Esse artigo traz parte dos resultados da pesquisa financiada pela UNIFRA com apoio de um bolsista de iniciação científica, Odilon Kieling Machado. E-mail: c.rangel@terra.com.br

## Referências bibliográficas

- BIGO, Pierre. *A doutrina social da Igreja*. São Paulo: Loyola, 1969.
- BODEA, Miguel. *O trabalhismo e populismo: o caso do Rio Grande do Sul*, São Paulo: USP, 1984.
- CÁNEPA, Mercedes Maria L. *Partidos e representação política: articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- COURTINE, Jean-Jacques. Le discours communiste adressé aux chrétiens. In *Langages*, v. 62, 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C. *Múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Lusato, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. Partido trabalhista brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reforma de base. In FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org) *Nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 55-81.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. 3 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.
- GRIJÓ, Luis Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In FERREIRA, Jorge; KARNIKOWSKI, Romeu *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul (1945-1980)*, Dissertação em Ciência Política, Porto Alegre, UFRGS, 1999.
- KIRCHHEIMER, Otto. El camino hacia el partido de todo el mundo. In *Cuadernos de Ciencia Política*, Partidos políticos 3- tipos de partidos políticos. Montevideu, UROU, Instituto de Ciencia Política, 1992, p. 41-58.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. 1983.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Porto Alegre: Editora Globo, 1948.
- PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Edição ampliada com outros discursos de Pasqualini. Porto Alegre: Editora Globo, 1994.
- RABELLO FILHO, Benjamin Alves. *Partidos políticos no Brasil: doutrina e legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- RUAS, Mirian Dihel. *A doutrina do trabalhismo no Brasil*. (1945-1964). Porto Alegre: Fabris, 1986.
- SILVA, Giselda Brito. História e lingüística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a história da análise do discurso. In *Sæculum - Revista de História* [11]; João Pessoa, ago./ dez. 2004, p. 28-41.
- SILVA JÚNIOR, Ademar Lourenço. Em busca da classe média. In GERTZ, René; GOLIN, Nelson (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 273-290.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Rio Grande do Sul – do rural ao urbano. Demografia, migrações e urbanização. In GERTZ, René; GOLIN, Nelson (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 291-314.

Recebido em janeiro de 2009. Aprovado em agosto de 2009.